

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROVIMENTO CGJ/ES nº16/2014

Altera a redação do inciso V, do art. 636, bem como revoga o seu inciso VI, do art. 636, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo.

O Corregedor Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e

Considerando que a Corregedoria Geral da Justiça é órgão de fiscalização e orientação administrativa, judicial e disciplinar, com jurisdição em todo o Estado do Espírito Santo, nos termos do artigo 35, *caput*, da Lei Complementar Estadual n.º 234/2002 (Código de Organização Judiciária), c/c art. 7° do Provimento CGJ/ES n° 029/2009 (Código de Normas);

Considerado ser o Código de Normas a principal ferramenta de que dispõe a Corregedoria Geral a Justiça para uniformizar a orientação administrativa do foro judicial e extrajudicial em todo o Estado, sendo imperioso e necessário o constante aprimoramento das diversas disposições nele contidas;

RESOLVE:

Art. 1°. ALTERAR o disposto no art. 636, inc. V, do Código de Normas desta Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 636. Serão utilizados os seguintes livros no Tabelionato de Notas:

V – Arquivo de Procurações oriundas de outras serventias.

Art. 2°. REVOGAR o disposto no art. 636, inc. VI, do Código de Normas desta Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo.

12/



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Art. 3°. Este provimento entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Vitória/ES, 21 de outubro de 2014.

CARLOS ROBERTO MIGNONE Corregedor Geral da Justiça REMESSA

Faço remessa destes autos a Co

Em: 24

Cci, egedoria Geral de Justiça